



# Governo bloqueia R\$ 2,9 bilhões do Orçamento para cumprir meta

**Mauro Cid sai preso após depoimento no Supremo Tribunal Federal**

Página 6

**Enel é condenada a indenizar clientes por apagão de novembro em SP**

Página 3

**Procon-SP reforça orientação a cidadão que sofre com interrupção de energia na capital**

O Procon-SP reforça que os consumidores residenciais, micros e pequenos empresários da capital que têm enfrentado cortes no fornecimento de energia elétrica, devem registrar o problema nos canais da concessionária Enel, guardando devidamente os protocolos. Não havendo qualquer solução, é importante formalizar uma reclamação no site do órgão paulista de defesa do consumidor (www.procon.sp.gov.br), ou em um dos pontos de atendimento presencial.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é direito ter abatimento proporcional do período em que ficou sem energia elétrica; ressarcimento pela perda de alimentos e remédios que precisam de refrigeração e tenham estragado; bem como à reparação por danos causados em aparelhos eletrodomésticos danificados por eventuais picos de energia.

Apesar de não ser obrigatório, o consumidor pode tirar fotos dos alimentos, das embalagens dos medicamentos, anexar notas fiscais de compra desses produtos, reforçando o pedido que deve ser encaminhado diretamente à empresa, ou se o consumidor preferir, diretamente ao Procon-SP.

A concessionária deverá aplicar um abatimento proporcional ao tempo que o serviço esteve interrompido, informando, de forma clara e precisa, nas faturas subsequentes ao problema o valor e o tempo a que se refere a compensação. Se na fatura não houver referência a este desconto ou caso o consumidor não tenha segurança em relação às informações ou valores do abatimento e precise de acompanhamento ou orientação, ele deverá procurar a empresa ou um órgão de defesa do consumidor.

Em caso de perda de produtos que precisam de refrigeração e estavam acondicionados na geladeira ou no freezer, fazer e guardar fotos da comida que estragou, da nota fiscal dos produtos (se possuir), de frascos e embalagem de medicamentos que perderam a refrigeração e, por isso, não podem ser consumidos ou utilizados etc., podem facilitar a comprovação dos danos, lembrando que as empresas têm prazo de 1 dia para realizar vistoria dos equipamentos usados na refrigeração de alimentos e bebidas, a partir da comunicação do consumidor.

As concessionárias de distribuição de energia devem ter um canal direto para atender consumidores que tenham equipamentos vitais de suporte à vida em suas residências – sendo que os usuários destes equipamentos precisam realizar um cadastro prévio junto às distribuidoras.

**Falta de acesso à água potável atinge 33 milhões de pessoas no Brasil**



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Página 4

**Campanha de vacinação contra gripe em SP começa nesta segunda (25)**

Página 2

**Relatório corta R\$ 9,49 bi de receitas com limite a incentivos do ICMS**

Página 6

## Esporte

### Final de semana de motovelocidade tem Eric Granado largando na pole

Por Jácio Baldi

Final de semana de MotoGP em Portugal e terá todas as categorias em pista, inclusive a primeira etapa da MotoE, com a participação do brasileiro Eric Granado que largará na pole. Eric, que no ano passado perdeu as duas primeiras etapas devido a um acidente sofrido quando disputava o Mundial de Superbike, está bastante confiante e espera fazer a maior quantidade de pontos nesse final de semana, já que a categoria realizará duas provas em Portimão. “Creio que haverá um grupo grande disputando a ponta, já que os dez primeiros estão dentro do mesmo segundo, mas procurarei fazer o melhor e tentarei ficar na frente, principalmente na última volta” disse o brasileiro com um sorriso nos lábios. As duas provas da MotoE acontecem nesse sábado: às 9:15h e 13:10h, com trans-

missão pelos canais ESPN.

Marc Marquez diz que ainda está se adaptando à moto e à nova equipe, mas os resultados do piloto estão deixando os adversários preocupados. Marc terminou o primeiro treino livre na frente e ficou com o terceiro tempo do dia mesmo com uma queda quando faltavam dois minutos para o final de treino. Apesar da queda, o piloto chegou aos boxes com um sorriso nos lábios. “Quando saio para fazer a volta rápida (time attack), meu instinto volta. Estou habituado a ir muito rápido nesse tipo de curva com uma Honda. Com a Ducati você precisa andar de uma maneira diferente, o potencial dela está em outra área”. “Eu percebi que a velocidade era muito alta, tentei usar o meu instinto, deslizando a traseira, como fazia na Honda, mas realmente não é o que devo fazer” finalizou o espanhol. A Yamaha conseguiu colocar suas duas motos diretamente no treino Q2, mas seu piloto número



Granado abrirá a temporada na pole position no Mundial de MotoE

um, Fabio Quartararo, ouviu da fábrica dos três diapasões, de que as mudanças na moto acontecerão gradualmente, ou seja, sem reviravoltas rápidas. Com isso especula-se que o piloto esteja conversando com outras equipes. Comenta-se que a principal seja a Aprilia, onde provavelmente será a última temporada do ve-

terano Aleix Espargaro. Fabio Quartararo disse que espera resolver seu futuro em breve, mas não sabe a data exata. “Será em breve, não quero esperar muitos meses para decidir” disse o francês. Caso a fábrica japonesa não consiga segurar seu astro, pensa em investir parte do orçamento em Jorge Martin que busca um posto num

equipe oficial, resta saber se o piloto está disposto a descer um degrau em relação à evolução de uma moto, já que a Ducati está bem à frente das demais.

O italo-brasileiro Franco Morbidelli, disse que não sentiu qualquer pensamento negativo por retornar ao circuito que o deixou dois meses fora de qualquer atividade profissional. Eu adoro essa pista, ela é linda. Tive um acidente grave sim, mas muito estranho”. “Um acidente irreplecível” disse Franco. “Tive duas semanas normais em casa com a oportunidade de treinar em moto. A confiança é muito grande”, finalizou o italo-brasileiro.

O outro brasileiro, Diogo Moreira, ainda está num processo de adaptação à nova categoria e ficou com o vigésimo tempo na Moto2. A prova rápida da MotoGP acontece no sábado às 12h e no domingo a prova normal será às 11h com 25 voltas.

### Carioca de Kart: Letícia Pagy quer brigar por vitória para disputar o título

Com o firme propósito de lutar pelo título de campeã da F4 Júnior no Campeonato Carioca de Kart, terá início neste sábado (23) no Kartódromo Internacional de Guapimirim (RJ), Letícia Pagy (Cantor Chinha/Lety Service/Divy Chic) intensificou seus treinos nos últimos 45 dias e se diz pronta para buscar a vitória.

“Minha expectativa para o Carioca é muito boa, pois vou correr num ambiente que já conheço e já peguei o jeito”, avi-

críveis. Na primeira uma vitória garantida na primeira curva da volta inicial. Na segunda prova, uma recuperação muito forte. Sai feliz e preparada para os desafios seguintes”, contou Letícia.

Logo em sua estreia no kartismo no ano passado, Letícia conquistou o vice-campeonato no Carioca Light de Kart e foi quinta colocada no Estadual e no Carioca de Kart de 2023. Agora, integrando a equipe Nikima Racing/Dai Motorsport, atual campeã carioca na categoria F-4 Jûni-

or com Gabriel Fernandes, que será seu companheiro de time na categoria Graduados, as pretensões da jovem são bem maiores. “Meu objetivo é chegar e buscar a vitória para ser campeã”, conclui a representante da Lety Service/Divy Chic/ Cantor Chinha.

“Ela tem treinado bem e estou muito confiante no desempenho dela. Vamos continuar os treinamentos até sábado e conseguiremos fazer frente aos concorrentes”, afirma Odílio ‘Nikima’ Brito, chefe da equipe Nikima Racing/Dai Motorsport.

# Comerciantes do centro histórico paulistano reclamam de falta de luz

Os comerciantes do calçadão do centro histórico de São Paulo, próximo da Rua 25 de Março, principal ponto de comércio popular da cidade, enfrentaram na quinta-feira, (21) mais um dia com falta de energia. Este foi o segundo episódio, em menos de uma semana, em que eles relataram problemas com a falta de luz.

Nesta quinta-feira, a reportagem da Agência Brasil passou pela Rua XV de Novembro, no centro histórico, e constatou que havia muitos estabelecimentos comerciais sem energia, entre os quais o Centro de Distribuição de Títulos e Documentos de São Paulo (CDT), central digital de cartórios da capital. Segundo funcionários do local, a luz acabou por volta das 13h e, até as 14h30, ainda não tinha voltado.

A falta de energia afetou diversos restaurantes da região, como o Bovinus Churrascaria XV de Novembro, que, mesmo sem energia, estava servindo os clientes. Segundo o gerente Elio Rodighery, a falta de energia co-

meçou por volta das 12h30, horário de pico no restaurante. “O movimento começa ao meio-dia, nosso grande movimento. Mas nosso cliente hoje não veio. Trabalhamos só com 30% do movimento normal”, disse Rodighery à Agência Brasil.

Ele lembrou que esta é a segunda vez, em menos de uma semana, que o restaurante enfrenta o problema. “Trabalhamos cinco horas por dia no horário do almoço. Mas só conseguimos trabalhar por uma hora e meia hoje [em que houve energia]. Na segunda-feira, faltou luz a noite toda, e a energia só voltou no dia seguinte, às 9h. Só que os cozinheiros chegam aqui às 6h, para dar tempo de manipular os alimentos para atender o cliente. Só que a luz só chegou às 9h. E como se consegue fazer a comida às 9h? Na terça, trabalhamos na correria, tudo corrido, para conseguir servir o almoço. Na quarta-feira teve luz, mas hoje voltou a faltar. Perdemos três horas e meia de atendimento, ou

seja, perdemos cerca de 60% de nossas vendas”, reclamou.

Rodighery disse que tentou falar com a concessionária Enel para reclamar da falta de energia, mas não foi atendido. “Não conseguimos falar com eles. É muita gente ligando. Acho que eles não conseguem atender todo mundo e também não sabem o que falar”, reclamou. “Vou pagar R\$ 22 mil de energia, para não ter [luz]”, falou.

O administrador de um dos prédios da região, Rubens Kamen Filho, de 44 anos, disse à reportagem que o local foi alugado para a Feira Na Rosebaum, que reúne artistas, artesãos e designers de todo o país. A feira estava aberta, mas o local estava totalmente sem energia.

“Alugamos esse espaço temporariamente para a feira. Tivemos o início da montagem na noite de ontem, o início da feira foi hoje e o término será na se-

gunda-feira (25). No início desta manhã, a luz começou a oscilar muito. Houve um pico de energia, e os geradores foram acionados. O diesel acabou após uma hora e meia sem energia. A feira não consegue rodar sem a energia, o que impacta diretamente nas vendas. São pessoas do Brasil inteiro que vêm fazer a exposição aqui e [a falta de energia] prejudica as vendas. Está bem difícil, e não há previsão do horário de volta [da energia]”, destacou Kamen.

O gerente da Lanches Eminentemente, Jaelton Santos, de 42 anos, também reclamou da falta de energia e das dificuldades de hoje. “Faz uma hora e meia que estou sem energia, segunda vez, só nesta semana. Na terça-feira, faltou luz das 2 da madrugada até as 9h da manhã. Quem vai pagar essa conta? Não tem exaustor, não tem ventilador, não tem tomada para os salgados, não tem

energia para a fritadeira elétrica. Ficamos aqui no preju [prejuízo]”, resumiu.

“Já liguei para a concessionária, mas a ligação caiu após 4 minutos. Estamos aqui aguardando, sem saber a que horas volta a energia”, reclamou.

Em nota à imprensa, a Enel Distribuição confirmou que alguns clientes da região da Rua 25 de Março “tiveram o fornecimento de energia afetado” a partir das 12h45. “Equipes da distribuidora estão no local para inspecionar o trecho da rede elétrica que atende a rua e iniciar os reparos necessários”, diz a concessionária.

Por causa da falta de energia constante nos últimos dias, a prefeitura de São Paulo informou que fará nova representação contra a Enel junto ao governo federal, acionando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Tribunal de Contas

da União (TCU). “A administração municipal já havia ingressado recentemente com duas ações judiciais contra a empresa nesses dois órgãos.”

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, informou que vai propor a esses órgãos que os municípios possam avaliar as concessões federais que prestam serviços às cidades.

“A prefeitura está indignada com a falta de respeito da Enel com a população de São Paulo. Apesar de a empresa não ter qualquer vínculo contratual com a prefeitura, já que cabe ao governo federal a concessão, regulação e fiscalização da empresa, através da Aneel, a prefeitura, em nome da população, continuará de forma enfática cobrando dos órgãos responsáveis para que a empresa seja punida em defesa da população da nossa cidade”, diz a nota da prefeitura. (Agência Brasil)

## Polícia terá delegacia móvel e agente feminina para casos de importunação no Lollapalooza

A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) vai montar um esquema especial de segurança para o Festival Lollapalooza, que começou na sexta-feira (22) e vai até o domingo (24) no Autódromo de Interlagos, na zona sul da capital.

A Polícia Militar terá um efetivo de 2.400 agentes no local. Também serão empregadas mais de 300 viaturas de policiamento de área e unidades especializa-

das, como Rota, Rotam, Cavalaria e Corpo de Bombeiros. A expectativa é que o evento mobilize cerca de 300 mil pessoas durante os três dias.

Dentro do evento, a Polícia Civil vai disponibilizar uma delegacia móvel da Divisão Especializada de Atendimento ao Turista para receber possíveis ocorrências. A base móvel terá uma agente feminina à disposição para acolher possíveis vítimas de im-

portunação sexual e orientá-las para o registro da ocorrência.

O Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos da Polícia Civil atuará de forma preventiva na área externa do Autódromo. Durante os shows, a polícia orienta o público a redobrar a atenção com os pertences pessoais. A orientação é guardar celulares e carteiras em locais protegidos, evitando, por exemplo, bolsos de trás.

A Delegacia do Turista no Aeroporto de Congonhas também terá reforço no atendimento devido ao volume de passageiros que chegam a São Paulo para o festival. As equipes de plantão terão pelo menos um policial fluente em espanhol e inglês para o atendimento de turistas.

Para mais informações sobre o Lollapalooza, acesse o portal e as redes sociais do Governo de SP e da Secretaria da Segurança Pública.

## CultSP Pro impulsiona a indústria criativa no estado

A Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo anunciou na sexta-feira (22) a reformulação das Oficinas Culturais do Estado, que agora contam com uma nova identidade e passam a ser denominadas CultSP Pro – Escuelas de Profissionais e Empreendedores de Cultura.

A iniciativa vai abranger todo o estado, oferecendo cursos diversificados, adaptados às necessidades de cada segmento cultural, em resposta à

crecente demanda por qualificação no setor da indústria criativa. O decreto que reestruturou o programa foi publicado no Diário Oficial do Estado.

Segundo a secretária de Cultura, Economia e Indústria Criativas, Marília Marton, essa transformação foi resultado de um amplo diálogo com diversos segmentos da indústria criativa e gestores culturais. “Identificamos a necessidade de uma nova proposta de formação, que atenda às demandas específicas de

cada região do Estado, com cursos que colaborem para a profissionalização e crescimento dos fazedores de Cultura”, ressaltou.

Os cursos do CultSP Pro terão carga horária de 16 horas até 128 horas, nas categorias: Artes cênicas, Artes visuais, Audiovisual, Produção de conteúdo e editorial, Música, Museus e espaços culturais, Atividade artesanal, Games e Tecnologia em Artes, Moda, Patrimônio, Gastronomia tradicional brasileira.

Na capital, o polo central do

CultSP Pro será o prédio da Oswald de Andrade. Este espaço, que já abriga a São Paulo Companhia de Dança, continuará funcionando normalmente e manterá suas portas abertas para toda a comunidade artística. No interior, o programa chegará por meio de parcerias com as prefeituras.

As aulas terão início em agosto, com a oferta inicial de 100 turmas e 20 diferentes cursos. Para o ano de 2025, a expectativa é ampliar esse número, com 250 turmas e mais de 50 cursos.

## Campanha de vacinação contra gripe em SP começa nesta segunda (25)

O Governo de São Paulo inicia nesta segunda-feira (25) a campanha de vacinação contra a gripe – doença provocada pelo vírus influenza. A ação acontece nos 645 municípios paulistas até o dia 5 de maio e visa ampliar a cobertura vacinal contra a gripe para 18,1 milhões de pessoas de grupos prioritários como crianças de até seis anos, gestantes, professores do ensino básico e idosos.

Com a chegada do outono, há maior prevalência das doenças

respiratórias como rinite, sinusite, gripes e resfriados. A diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da Secretaria de Estado da Saúde, Tatiana Lang D’Agostini, explica que a mudança de estação propicia o aumento de casos e a vacinação pode prevenir esse cenário.

“Esse período acentua as doenças respiratórias agudas, por isso, para evitar a proliferação do vírus, é fundamental adotar as medidas de prevenção e se imunizar”, afirmou a especialista, que

também destaca a necessidade de ampliação da imunização.

“Em 2023, tivemos uma cobertura de 53% em todo estado. A meta para essa campanha, é que ela supere os números do ano anterior, fazendo com que o máximo de pessoas estejam imunizadas”, acrescentou.

O CVE recebeu do Ministério da Saúde mais de 1,7 milhões de doses da vacina contra o vírus influenza. A distribuição para os Grupos de Vigilância Epidemiológica (GVE) foi feita nos dias

19 e 20 de março.

### Vacina 100 Dúvidas

O Governo de São Paulo criou o portal “Vacina 100 Dúvidas” com as perguntas mais frequentes sobre vacinação nos buscadores da internet. A plataforma esclarece questões como efeitos colaterais, eficácia das vacinas, doenças imunopreveníveis e quais os perigos ao não se imunizar. O acesso está disponível no link: <https://www.vacina100dvidas.sp.gov.br/>

## Prefeitura faz mutirão do Avança Saúde

A Prefeitura de São Paulo promove no sábado (23) mais uma edição do Avança Saúde – Mulher e+, para mobilização e ampliação do acesso à saúde para a população do sexo feminino. As ações visam acolhimento, realização de testes rápidos, consulta, atualização vacinal, saúde bucal, entre outros.

Para isso, a Secretaria Municipal da Saúde abre as 471 Unidades Básicas de Saúde (UBSs), das 8h às 17h, para ações que serão realizadas em formatos de estações, sendo sete no total, cada uma ofertando serviços diferentes. As unidades farão ainda coleta de Papicolour por livre demanda e encaminhamento para realização de outros exames preventivos, como mamografia e ultrassonografias, dependendo da

avaliação clínica.

Estação 1 – Acolhimento e atualização cadastral: avaliação de Índice de Massa Corpórea (IMC), aferição de Pressão Arterial, identificação de Diabetes Mellitus (DM), identificação de problemas no uso de medicamentos;

Estação 2 – realização de testes rápidos: sífilis, HIV, hepatites. Os testes positivos serão encaminhados para consulta médica na Estação 4;

Estação 3 – atendimento do enfermeiro: pressão arterial alterada, diabetes, citologia oncológica, solicitação de mamografia, estratificação de risco cardiovascular;

Estação 4 – consulta médica: teste rápido positivo, risco cardiovascular alto, situações de emergência, citologia onco-

lógica, solicitações de mamografia, entre outros;

Estação 5 – orientação farmacêutica para quem tem dificuldade no uso de medicamento;

Estação 6 – equipe multiprofissional: ações educativas individuais e em grupos de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics), saúde mental, atividade física, autoexame da mama, alimentação saudável, manipulação e preparo de alimentos, climatério, saúde sexual e reprodutiva, maternidade, cultura de paz e prevenção da violência (NPV) e debate sobre a diversidade;

Estação 7 – saúde bucal: realização de triagem de risco para tecidos moles e doenças de cárie.

A população pode encontrar

tar a UBS mais próxima por meio da plataforma Busca Saúde.

Outras ações pontuais já foram realizadas ao longo deste mês, como o Território Inclusivo, no dia 6 de março, voltada para mulheres com deficiência e suas cuidadoras. E no dia 8 de março, quando as seis Coordenadorias Regionais de Saúde (CRSs) prepararam atividades especiais voltadas para o público feminino, com programações diversas, em grandes locais como parques e praças.

A edição anterior do Avança Saúde – Mulher, realizada em 7 de outubro de 2023, realizou 9.350 exames preventivos de Papicolour e 1.642 pedidos de mamografia, além da realização de 8.480 testes rápidos de sífilis, 8.143 de hepatite e de 8.319 para HIV.

**CESAR NETO**  
www.cesarneto.com



**CÂMARA (São Paulo)**  
Aos poucos os vereadores tucanos vão saindo do que resta do PSDB. É o caso do Aurélio Nomura, que foi pro PSD. No partido refundado pelo Gilberto Kassab (dono nacional), o veterano nikkei espera ter mais chances de uma possível reeleição

**PREFEITURA (São Paulo)**  
Theatro Municipal será pequeno pra tanta gente ver a ex-1ª dama Michelle Bolsonaro (PL Mulher) receber o título de cidadã paulistana, concedido pelo vereador Rinaldi (União), mais assinaturas necessárias de colegas da Câmara municipal

**ASSEMBLEIA (São Paulo)**  
Deputados e deputadas da bancada cristã [protestantes] seguem aprovando - via Congresso - o fim das saídas temporárias [datas comemorativas] de presos no sistema prisional. As igrejas seguirão dando amparo espiritual [ensino cristão]

**GOVERNO (São Paulo)**  
Tarcísio Freitas (ainda no Republicanos) segue ouvindo seu ‘1º ministro’ [o ex-prefeito paulistano Kassab], dono do PSD. Não deverá vestir o modelito de pré-candidato presidencial 2024, seja por qual partido for. A reeleição dever ser a prioridade

**CONGRESSO (Brasil)**  
Ex-deputado federal (cassado via mensalão em 2005), José Dirceu foi literalmente tratado como ‘acima do bem e do mal’ na festa dos 44 anos do PT. A grande festa em Brasília foi o início da volta por cima, incluindo candidatura pro cargo em 2026

**PRESIDÊNCIA (Brasil)**  
Quando Lula (dono do PT) critica e ironiza a “gloriosa imprensa democrática”, sobre não publicar tudo o que ele realiza, deveria se referir também a partes da imprensa que cumprem seus papéis críticos, como é o caso desta coluna diária de política

**PARTIDOS (Brasil)**  
Mesmo com 92 anos, a vaidade do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é tamanha, que ele não se manifesta - a não ser pra dizer o que até as pedras sabem - sobre a crise existencial que abala o PSDB que o elegeu e reelegeu em 1994 e 1998

**JUSTIÇAS (Brasil)**  
Nova prisão - agora no Exército - do tenente-coronel Mauro Cid, por ter dito que “delatou o que a Polícia Federal queria” e que “já tá ‘condenado’ no Supremo”, pode ter anulada a sua colaboração premiada contra o ex-presidente Bolsonaro (PL)

**ANO 32**  
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara [São Paulo] e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia [Estado de São Paulo], como referência das liberdades possíveis

**cesar@cesarneto.com**

**Jornal O DIA S. Paulo**

**Administração e Redação**  
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar  
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

**Jornalista Responsável**  
Angelo Augusto D.A. Oliveira  
Mtb. 69016/SP

**Publicidade Legal**  
Atas, Balanços e Convocações  
Fone: 3258-1822

**Periodicidade:** Diária  
**Exemplar do dia:** R\$ 3,50  
**Impressão:** Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

**E-mail:** contato@jornalodiasp.com.br  
**Site:** www.jornalodiasp.com.br

# Governo bloqueia R\$ 2,9 bilhões do Orçamento para cumprir meta

Beneficiado pela arrecadação recorde do início de ano, o Orçamento de 2024 terá um bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em gastos discricionários (não obrigatórios), divulgou o Ministério do Planejamento e Orçamento. Esse montante é necessário para cumprir tanto a meta de déficit primário zero neste ano, mas permite um limite de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), o que equivale a R\$ 28,8 bilhões.

O relatório prevê queda de R\$ 31,5 bilhões nas receitas brutas em relação ao valor sancionado no Orçamento Geral da União de 2024. Desse total, R\$ 17,8 bilhões a menos da receita administrada pela Receita Federal, R\$ 14,5 bilhões a menos de receitas de royalties (o que inclui a exploração

de petróleo) e R\$ 12,8 bilhões a menos de receitas com concessões e permissões. Ao considerar os repasses para estados e municípios, a queda na receita líquida diminui para R\$ 16,8 bilhões.

Em relação aos gastos, o relatório prevê aumento de R\$ 1,6 bilhão. As despesas obrigatórias foram revisadas para cima em menos R\$ 6,1 bilhões. Os principais destaques são precatórios (+R\$ 7,8 bilhões), benefícios da Previdência Social (+R\$ 5,6 bilhões), créditos extraordinários (+R\$ 4,1 bilhões) e abono e seguro desemprego (+R\$ 1,6 bilhão). Outros gastos obrigatórios foram revisados para baixo, chegando ao acréscimo final de R\$ 6,1 bilhão.

Os gastos discricionários fo-

ram revisados para baixo em R\$ 4,5 bilhões, resultando no crescimento final de R\$ 1,6 bilhão nas despesas federais. Em tese, o governo teria de contingenciar (bloquear temporariamente) R\$ 18,7 bilhões, mas o valor está abaixo do limite de tolerância de R\$ 28,8 bilhões.

O bloqueio de R\$ 2,9 bilhões foi definido unicamente com base no limite de gastos do novo arcabouço fiscal. O valor foi definido com base na diferença do limite de R\$ 2,089 trilhões de despesas, expostas no novo arcabouço, e a previsão de que o governo gastará R\$ 2,092 trilhões neste ano.

Até o próximo dia 30, um decreto presidencial divulgará a distribuição do bloqueio pelos ministérios. (Agência Brasil)

de em fevereiro. No mês passado, o governo federal arrecadou R\$ 186,522 bilhões em tributos, alta de 12,27% acima da inflação oficial em relação a fevereiro do ano passado. Em valores corrigidos pela inflação, essa foi a maior arrecadação para meses de fevereiro desde o início da série histórica, em 1995.

“Nós tivemos um bom primeiro bimestre, mas vamos continuar acompanhando com o mesmo rigor a evolução do ano”, afirmou.

Sobre como será feito o gerenciamento do bloqueio que foi anunciado hoje, Haddad disse que será o Ministério do Planejamento que vai definir isso. “Agora, o bloqueio, aí é o Planejamento que vai provavelmente oferecer a dotação para poder remarcar, para aumentar a despesa com a Previdência, que veio acima das projeções do ano passado.” (Agência Brasil)

## Emendas parlamentares são preservadas de bloqueio de R\$ 2,9 bilhões

O bloqueio de R\$ 2,9 bilhões, anunciado na sexta-feira (22), em Brasília, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, não atingirá as emendas parlamentares. Segundo o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, o governo esperará o Congresso votar o veto de R\$ 5,6 bilhões de emendas de comissão para decidir sobre o destino das emendas.

“São decisões políticas a serem tomadas pelas autoridades competentes, pelos poderes constituídos. Na mesma medida em que houver essa decisão, nós passamos a refletir nos relatórios bimestrais. O próximo, de maio, é que vai absorver essa decisão”, justificou Paulo Bijos.

Ele afirmou, também, que o artigo 69 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 determina quais despesas não podem ser bloqueadas. De um total de R\$ 204 bilhões em gastos discricionários (não obrigatórios) do Orçamento, somente R\$ 77 bilhões poderão ser bloqueados. Existem R\$ 127 bilhões blin-

dados de bloqueios, entre os quais se incluem emendas impositivas, de execução obrigatória e individuais. O secretário não respondeu se as emendas de comissão, alvo do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início do ano, também estão protegidas dos bloqueios.

O secretário do Ministério do Planejamento informou, ainda, que o governo não pretende, por enquanto, repor os R\$ 5,6 bilhões de emendas de comissão vetados no início do ano e definir a distribuição dos R\$ 11 bilhões da mesma rubrica sancionados no Orçamento de 2024. Os líderes afirmam que o veto de Lula será derrubado.

Sem data confirmada, a sessão do Congresso Nacional que deve analisar os vetos presidenciais está prevista para abril. A expectativa é de derrubada do veto. O Orçamento de 2024 tem R\$ 53 bilhões em emendas parlamentares – individuais, de bancada e de comissão. O veto de R\$ 5,6 bilhões atingiu pouco mais de 10% do total. (Agência Brasil)

## Déficit zero depende do crescimento econômico, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na sexta-feira (22), em São Paulo, que a meta do governo em zerar o déficit primário neste ano vai depender da evolução da economia e da aprovação de medidas que foram encaminhadas ao Congresso Nacional.

“É o que eu sempre falo: hoje, a meta é uma lei. O resultado não depende só de fixar na lei o que você quer. Depende de um esforço do Executivo, do Legislativo e do Judiciário em proveito do equilíbrio de contas”, disse o ministro, em entrevista concedida no início da tarde.

Apesar disso, Haddad afirmou que o governo está otimista com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano. “Nós estamos prevendo 2,2% (de crescimento), mas alguns atores do mercado já estão projetando um cenário ainda mais benigno. Já há economistas muito sérios

falando em 2,5%. Então, há uma especulação sobre um crescimento maior do que projetado pelo governo. Isso ajuda na arrecadação, naturalmente.”

Durante a entrevista coletiva, ele falou sobre o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões do Orçamento de 2024 em gastos discricionários (não obrigatórios), anunciado pelo Ministério do Planejamento. Para Haddad, os resultados estão próximos do esperado pelo governo federal.

“A cada bimestre, a Receita Federal vai fazendo uma reavaliação das receitas que podem entrar ainda ao longo do ano, os riscos de frustração e avaliações dessa natureza, como foi o caso da receita de concessões, que foi revista para baixo. E ela vai reavaliando as outras receitas, as receitas ordinárias, que no nosso entendimento, já desde o ano passado, poderiam estar subestimadas. Mas a minha impressão,

e a impressão da equipe, era de que talvez as receitas correntes estivessem um pouco subestimadas e as receitas extraordinárias um pouco superestimadas. E isso está se comprovando, mas elas estão se compensando razoavelmente bem e até aqui nós estamos com uma projeção para o ano boa.”

O Planejamento revisou para R\$ 9,8 bilhões a estimativa para este ano de déficit primário – resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. O arcabouço fiscal estabelece meta de déficit zero neste ano, mas permite um limite de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), o que equivale a R\$ 28,8 bilhões.

O ministro da Fazenda também considerou “bom” o resultado das receitas e despesas do governo federal no primeiro bimestre. Ontem, foi divulgado que a arrecadação federal bateu recor-

de em fevereiro. No mês passado, o governo federal arrecadou R\$ 186,522 bilhões em tributos, alta de 12,27% acima da inflação oficial em relação a fevereiro do ano passado. Em valores corrigidos pela inflação, essa foi a maior arrecadação para meses de fevereiro desde o início da série histórica, em 1995.

“Nós tivemos um bom primeiro bimestre, mas vamos continuar acompanhando com o mesmo rigor a evolução do ano”, afirmou.

Sobre como será feito o gerenciamento do bloqueio que foi anunciado hoje, Haddad disse que será o Ministério do Planejamento que vai definir isso. “Agora, o bloqueio, aí é o Planejamento que vai provavelmente oferecer a dotação para poder remarcar, para aumentar a despesa com a Previdência, que veio acima das projeções do ano passado.” (Agência Brasil)

## BC comunica vazamento de dados de 87 mil chaves Pix

Um total de 87.368 chaves Pix de clientes da Sumup Sociedade de Crédito Direto S.A. (Sumup SCD) teve dados vazados, informou na sexta-feira (22) o Banco Central (BC). Este foi o sétimo vazamento de dados desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020.

Segundo o BC, o vazamento ocorreu entre 28 de setembro de 2023 e 16 de março de 2024 e abrangia as seguintes informações: nome do usuário, Cadastro de Pessoa Física (CPF) com máscara, instituição de relacionamento, agência e número da conta.

O vazamento ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento, informou o BC, destacando que a exposição ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como

saldos, senhas e extratos, não foram expostos.

Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia decidiu divulgar o incidente em nome do “compromisso com a transparência”.

Todas as pessoas que tiveram informações expostas serão avisadas por meio do aplicativo ou do internet banking da instituição. O Banco Central ressaltou que estes serão os únicos meios de aviso para a exposição das chaves Pix e pediu que os clientes desconsiderem comunicações como chamadas telefônicas, SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por e-mail.

A exposição de dados não significa necessariamente que todas as informações tenham vazado, mas que ficaram visíveis para terceiros durante algum tempo e po-

dem ter sido capturadas. O BC informou que o caso será investigado e que sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade do caso.

Foi o sétimo incidente de vazamentos de dados do Pix desde a criação do sistema, em novembro de 2020. Em agosto de 2021, ocorreu o vazamento de dados 414,5 mil chaves Pix por número telefônico do Banco do Estado de Sergipe (Banese). Inicialmente, o BC tinha divulgado que o vazamento no Banese tinha atingido 395 mil chaves, mas o número foi revisado mais tarde.

Em janeiro de 2022, foi a vez de 160,1 mil clientes da Acesso Soluções de Pagamento terem informações vazadas. No mês seguinte, 2,1 mil clientes da Logbank pagamentos também tiveram da-

dos expostos.

Em setembro de 2022, dados de 137,3 mil chaves Pix da Abastece Ai Clube Automobilista Payment Ltda. (Abastece Ai) foram vazados. Em setembro do ano passado, 238 chaves Pix da Phi Pagamentos tiveram informações expostas.

O caso mais recente foi na última segunda-feira (18), quando 46 mil clientes da Fidúcia Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Limitada (Fidúcia) tiveram informações vazadas. Em todos os casos, foram vazadas informações cadastrais, sem a exposição de senhas e de saldos bancários. Por determinação da Lei Geral de Proteção de Dados, a autoridade monetária mantém uma página em que os cidadãos podem acompanhar incidentes relacionados com a chave Pix ou demais dados pessoais em poder do BC. (Agência Brasil)

## Enel é condenada a indenizar clientes por apagão de novembro em SP

A Justiça de São Paulo condenou a Enel a indenizar clientes que ficaram longos períodos sem energia durante o apagão após as fortes chuvas na região metropolitana de São Paulo, em 3 de novembro de 2023. Em três casos diferentes, a empresa alegou que a interrupção foi provocada pelas chuvas, mas os juízes decidiram que cabe danos morais de R\$ 5 mil pela demora em restabelecer o serviço.

Na primeira decisão, da juíza Patrícia de Assis Ferreira Braguini, do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Itapeverica da Serra, três pessoas da mesma família ficaram sete dias sem energia (entre 3 e 10 de novembro). A interrupção no serviço provocou prejuízos também no fornecimento de água, por paralisação da bomba que garante o suprimento, que é movida a energia. A juíza condenou a Enel a pagar R\$ 10

mil por danos morais.

Na sentença, considerou que “a ocorrência de chuvas e vendavais são eventos previsíveis” e “evitáveis”, de maneira que a empresa deveria “ter apresentado solução mais rápida”. A juíza cita a resolução da Aneel que fixa em 24 horas o tempo para restabelecimento do serviço.

No segundo caso, uma mulher ficou mais de 120 horas (cinco dias) sem energia após o apagão de novembro. A juíza Leila Andrade Curto, do Juizado Especial Cível do Foro de Vargem Grande Paulista, condenou a Enel a indenizar em R\$ 5 mil por danos morais.

Na terceira decisão, uma cliente também mulher ficou quase uma semana sem fornecimento de energia. A condenação do juiz Gustavo Sauaia Romero Fernandes, do Juizado Especial Cível e Criminal do Foro de Embu das

Artes, determina o pagamento de R\$ 5 mil de danos morais, mais R\$ 350 por danos materiais pela Enel à cliente prejudicada. Ao decidir, o juiz considerou inédita a tempestade de novembro, nunca vista desde que vive na Grande São Paulo (“pouco mais de dez anos”), mas também julgou “inafiançável e não justificado” o tempo para o restabelecimento de energia. Segundo ele, é “pública e notória a lentidão da ré [Enel] para retomada após situações climáticas bem mais brandas”.

As ações foram movidas pelo advogado Daniel Garroux, especializado em direito do consumidor. Ele destaca que os juízes têm exigido provas na hora de avaliar os danos materiais sofridos em decorrência da falta de energia, mas que os danos morais são presumidos, conforme julgou a Justiça paulista.

“De fato, conforme prevê a

Resolução nº 1.000/21, da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em seu art. 362, inciso IV, o prazo é de 24 horas para restabelecimento do serviço na zona urbana. A Enel demorou muito mais que esse prazo, extrapolando o limite do razoável. A ação de indenização é um instrumento importante que as pessoas têm para pressionar a empresa a mudar o comportamento. Porque o que temos visto é um grande desrespeito aos consumidores, afetando a vida das pessoas, prejudicando suas atividades de trabalho e interferindo muito no cotidiano daqueles que dependem do serviço básico de energia”, afirma Daniel Garroux.

Além dessas ações, a Enel já foi multada pela Aneel em R\$ 165,8 milhões pelo apagão de novembro de 2023. Mas a empresa ainda não pagou o valor. (Agência Brasil)

## Investimento em alertas de desastres evitam perdas financeiras

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) aponta que a cada R\$ 1 investido na implementação em áreas urbanas de sistemas de alerta para eventos climáticos extremos, como secas e inundações, pode evitar perdas e custos de até R\$ 661, em 8 anos.

Os dados são do levantamento inédito Avaliação de Custos e Benefícios da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) – Estudos de Casos, lançado na terça-feira (22), neste Dia Mundial da Água. O estudo financiado pela ANA foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPH/UFRGS).

De acordo com a agência reguladora, o estudo reforça a importância do monitoramento hidrológico (níveis e vazões de rios e de chuvas) e a necessidade de se aprimorar a atuação da ANA na coordenação da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN). Essa rede fornece dados que permitem conhecer melhor o comportamento da água e do clima no país, por meio do monitoramento de rios e de chuvas em todo o Brasil. Ao todo, são mais de 4,7 mil estações de monitoramento, sendo aproximadamente 1,9 mil estações pluviométricas (medem níveis e/ou vazões de rios) e 2,8 mil estações pluviométricas (medem chuvas).

Para fazer a análise de custos e benefícios proporcionados, o estudo abordou aspectos gerais do impacto das condições climáticas e hidrológicas em todas as atividades produtivas na sociedade, como produção agrícola e industrial, geração de energia, transportes, infraestrutura e defesa civil e usuários do saneamento básico.

Os dados e informações da RHN permitiram o mapeamento de áreas inundáveis com os cálculos dos períodos prováveis de retorno das ocorrências de eventos extremos.

Com o monitoramento, o estudo pretende subsidiar e qualificar a tomada de decisões órgãos e entidades públicas e privadas.

O estudo revela, porém, que nem todas as perdas decorrentes de eventos extremos podem ser evitadas, pois algumas situações são demasiadamente severas nestes ambientes urbanos.

A publicação traz um levantamento inédito realizado nos municípios Sebastião do Cai e Montenegro, no Rio Grande do Sul, habitualmente, sujeitos a cheias do rio Cai.

Neste caso, o estudo concluiu que se as informações forem em-

pregadas no planejamento urbano, por exemplo, para restringir ocupações em áreas inundáveis, essas informações poderiam trazer um retorno (em danos e perdas evitadas) de até R\$ 14 para cada R\$ 1 investido.

Quando o estudo considera o caso da bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas, na porção nordeste do Rio Grande do Sul, concluiu que a cada R\$ 1 aplicado no custeio da rede de monitoramento de chuvas e rios locais para produzir os dados de melhor qualidade, os benefícios podem chegar a R\$ 106. Neste caso, as informações vindas do sistema de alerta na região podem reduzir os custos decorrentes da garantia física de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e da geração de energia que a hidrelétrica é capaz de produzir.

Outro resultado do levantamento aponta que cada R\$ 1 investido na RHN para disponibilizar dados ao processo decisório para operação hidrelétrica na bacia do Rio Paraná pode trazer um retorno de R\$ 134.

O levantamento da ANA também envolveu o impacto do planejamento de revitalização de bacias hidrográficas como da área da bacia hidrográfica do Arroio Castelhano, no Rio Grande do Sul, por exemplo, para definir políticas de investimentos de recursos, indicando áreas prioritárias para recebê-los, onde é menor a incerteza de inundações.

Para o poder público os dados e informações hidrológicas foram considerados necessários não apenas para o mapeamento de áreas de inundação e de risco, mas sobretudo para a configuração e operação de Sistemas de Alerta e Resposta que irão orientar a Defesa Civil local em ações para proteção da população e do patrimônio. “Quanto melhor a disponibilidade desses dados para o poder público local/regional, maior o conhecimento sobre os riscos de inundação das áreas ocupadas e melhor a capacidade de prevenir eventos críticos, resultando em maiores danos evitados, menores riscos à vida das pessoas e menores custos de operação de Sistemas de Alerta e Resposta (Defesa Civil)”, diz o estudo.

Por fim, o estudo defende os investimentos na implementação e manutenção dos sistemas de alerta da RHN para que governo e a sociedade possam gerir estrategicamente os recursos naturais, especialmente a água, diminuir riscos e custos e garantir a estabilidade e segurança hídrica e crescimento econômico sustentado. (Agência Brasil)



# Falta de acesso à água potável atinge 33 milhões de pessoas no Brasil

## Brasil registra mais de 2 milhões de casos de dengue

O Ministério da Saúde contabiliza mais de 2 milhões de casos de dengue no Brasil em 2024. Do total de 2.010.896 casos prováveis, 682 resultaram em morte — número que pode aumentar, uma vez que há ainda 1.042 óbitos em investigação. De acordo com balanço divulgado pelo ministério, o coeficiente de incidência da doença está em 990,3 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

Com 161.299 casos prováveis, o Distrito Federal é a unidade federativa com maior coeficiente de incidência (5.725,8). Em segundo lugar, está Minas Gerais, com coeficiente de incidência em 3.295; e 676.758 casos prováveis. Na sequência estão Espírito Santo (coeficiente em 1.982,5 e 75.997 casos prováveis); Paraná (coeficiente em 1.653,2 e 189.179 casos prováveis); e Goiás (coeficiente em 1.565,3 e 110.433 casos prováveis).

No Rio de Janeiro, o coeficiente de incidência está em 933,1 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. Lá, já são 149.797 casos prováveis.

A unidade da federação com maior número de casos prováveis é São Paulo (379.222). O coeficiente registrado no estado, segundo o levantamento, é de 853,7 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

Na quarta-feira (20), a secretária de Vigilância em Saúde e Am-

biente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel, destacou que os três primeiros meses de 2024 registram mais casos graves de dengue do que em todo o ano de 2023, quando foram contabilizados pouco mais de 1,6 milhão de casos. Naquele ano, a doença matou 1.094 pessoas. Há ainda 218 óbitos sob investigação.

“Estamos tendo muito mais casos graves que no ano anterior”, disse, ao lembrar que, até então, na série histórica, 2023 havia sido o ano com maior número de casos graves da doença. “Temos muito mais pessoas chegando [com quadro] grave aos serviços de saúde. Esse é um importante ponto de alerta para nós”, acrescentou a secretária.

Na oportunidade, ela informou que o tempo médio entre o início dos sintomas e a notificação de caso de dengue é de quatro dias. O tempo médio entre o início dos sintomas e a internação também é de quatro dias. Já o tempo médio entre o início dos sintomas e o óbito é de seis dias, enquanto o tempo médio entre o início dos sintomas e os sinais de gravidade é de cinco dias.

“O quarto dia tem sido um alerta de que as pessoas podem agravar o quadro de saúde. Então, um monitoramento que faça com que essa pessoa volte no quarto dia da doença pode salvar muitas vidas”, destacou Ethel Maciel. (Agência Brasil)

No Brasil, cerca de 33 milhões de pessoas vivem sem acesso à água potável, segundo dados divulgados pelo Instituto Trata Brasil. O dado chama a atenção pelo fato de o país abrigar dois dos maiores aquíferos do mundo — o Guarani, localizado no Centro-Sul do país, e o Alter do Chão, na Região Norte.

A dificuldade de acesso a esse recurso natural abrange diversas regiões do país, segundo a presidente do Trata Brasil, Luana Pretto. “Somos um país muito rico em água doce. Mesmo assim, até mesmo os povos ribeirinhos do Rio Amazonas vivem problemas para terem acesso à água potável”, disse ela à Agência Brasil.

O Trata Brasil é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) que desenvolve ações e estudos visando fomentar o saneamento básico no Brasil. Tendo como mote o Dia Mundial da Água, lembrado nesta sexta-feira (22), a entidade divulgou a 16ª edição do Ranking do Saneamento, levantamento que abrange os 100 municípios mais populosos do país.

O documento foi elaborado a partir de indicadores do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) e tem como ano-base 2022. “Em média, 33

milhões de pessoas não têm acesso à água do nosso país. Ou seja, apenas 84,9% da população é hoje abastecida com água potável”, destaca Luana Pretto.

Segundo o levantamento, dos municípios analisados, apenas 22 têm 100% de abastecimento de água. Os piores resultados foram observados em Porto Velho, com apenas 41,74% da população tendo acesso à água potável, seguido de Ananindeua (PA), com 42,74%; Santarém (PA), com 48,8%; Rio Branco, com 53,5%; e Macapá, com 54,38%.

“Inflamemto, o saneamento, principalmente na Região Norte, está bastante deficitário, com apenas 64,2% da população tendo acesso à água. Isso acontece porque este é um tema pouco priorizado, pelo fato de [historicamente] se enxergar, ali, tantos volumes de recursos hídricos, o que leva as pessoas a acreditarem que se trata de um bem infinito e fácil de ser obtido”, explica a presidente do Trata Brasil.

Ela diz que é comum, na região, as pessoas cavarem poços e consumirem a água do rio, sem entender que essa água pode estar contaminada, fora dos padrões exigidos pelo Ministério da Saúde.

Luana Pretto critica o fato de a população pouco cobrar do

poder público avanços no saneamento. Com isso, os governantes acabam não priorizando esse tema e não criam planos de investimentos na área.

“A Região Norte investe, em saneamento básico, R\$ 57 por ano para habitante, quando a média de investimento para a gente atingir a universalização do acesso saneamento seria de R\$ 231 anuais por habitante. É um investimento muito aquém do necessário”, acrescenta.

Também por conta do Dia Mundial da Água, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chama a atenção para um problema: 2,1 milhões de crianças e adolescentes até 19 anos vivem sem acesso adequado à água potável no Brasil.

A fim de garantir água potável a todos brasileiros, tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que, se aprovada e promulgada, incluirá a água na lista de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Apresentada em 2018 pelo então senador Jorge Viana (PT-AC), a PEC tramita agora na Câmara e tem como relator o deputado Pedro Campos (PSB-PE). Segundo ele, a PEC 6/2021 é um “passo importantíssimo para garantia do acesso à água para mi-

lhões de brasileiros que hoje não têm acesso à água potável e tratada”.

“Colocar na Constituição a garantia do acesso à água enquanto direito fundamental fortalece todas as políticas públicas que existam na área de saneamento. Inclusive fortalece a demanda pelo Orçamento público, já que obras de saneamento e de abastecimento de água ainda demandam bastante orçamento”, argumenta o relator.

A expectativa de Campos com relação à tramitação é “muito positiva”. “A gente já conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça e estamos aguardando a montagem da comissão especial que vai avaliar o mérito”, diz o deputado.

“Como existia mais de uma proposta de PEC pensada, teve então alguma discussão dentro da Comissão de Constituição e Justiça porque alguns dos textos falavam em vedar privatizações e outros assuntos que são mais polêmicos. Mas o texto principal do Senado é um texto bastante sóbrio que traz essa questão do acesso à água potável enquanto direito fundamental. Tenho certeza de que, em uma comissão especial, esse texto teria total possibilidade de ser aprovado”, acrescenta. (Agência Brasil)

## ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS** PROCESSO Nº 0022966-16.2021.8.26.0100 (O) A/M. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional VIII - Taboão, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciano Gonçalves Pires Lima, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) M&K Operações e Investimentos Ltda CNPJ 23.206.780/0001-26 e Carlos Eduardo de Lucas, CPF 205.119.098-45, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Carolina Losovoi Carletti de Oliveira, visando restituição de valores, a devolução do valor de uma ação de cumprimento de sentença, movida por Julio Lima Barbiero Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2024. [22/24]

**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS** PROCESSO Nº 1004123-97.2023.8.26.0008 (O) A/M. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional VIII - Taboão, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciano Gonçalves Pires Lima, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DELTA INVESTIMENTO COMERCIAL ADMINISTRATIVO E COBRANÇAS LTDA, CNPJ nº 20.730.796/0001-45, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Daniela Mansoldo, objetivando seja julgada procedente, para determinar a resolução dos contratos celebrados, e consequente devolução dos valores desembolsados, considerando a ré no pagamento das custas/despesas processuais e honorários advocatícios de sucumbência. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação o réu será considerado revel caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2024. [22/24]

**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS** PROCESSO Nº 1076892-58.2022.8.26.0002 (O) A/M. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDRESSON CORTEZ MENEZES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) M&K Operações e Investimentos Ltda CNPJ 23.206.780/0001-26 e Carlos Eduardo de Lucas, CPF 205.119.098-45, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Carolina Losovoi Carletti de Oliveira, visando restituição de valores, a devolução do valor de uma ação de cumprimento de sentença, movida por Julio Lima Barbiero Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de fevereiro de 2024. [22/24]

**EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS**PROCESSO Nº0062841-22.2023.8.26.0100 (O) A/M. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Central Cível Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Henrique Bretas Marzagão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ERIC DE FIGUEIREDO RICHIERI RG 30.177.727-5 CPF 34502448-1, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Julio Lima Barbiero Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente resposta. Não sendo contestada a ação o réu será considerado revel caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2024. [22/24]

**TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
CNPJ/ME Nº 17.077.752/0001-53 - NIRE 35.300.584.465  
**COMUNICAÇÃO AOS ACIONISTAS**  
Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição na sede social da empresa, localizada na Rua Olimpiadas, nº 134, 12º Andar, Vila Olímpia, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.551-000, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2023. São Paulo, 22 de março de 2024.  
**João Alberto Bertin Sanchez**  
Diretor Presidente

**FRAZÃO LEILÃO** Encerramento: 27/03/2024 4ª feira - às 11h30  
O leilão já está aberto na internet para receber lances.  
Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

**TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF 15.115.504/0001-24 - NIRE 29.300.010.065  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
Ficam os Senhores Acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária da Tronox Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia") a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica (Microsoft Teams) ("Plataforma Eletrônica"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (II) Examinar, discutir e votar o balanço e o relatório de administração da Companhia, conforme disposto no art. 171, §2º da Resolução CVM 81. A participação do acionista poderá ser - Via boletim de voto a distância ("BVD"): Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM 81, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data e até o dia 19 de abril de 2024 (inclusive), suas instruções de voto em relação à matéria objeto da ordem do dia da AGO mediante o preenchimento e envio do BVD, cujo modelo foi disponibilizado no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.tronox.com.br>) e nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual de Participação, divulgado nesta data; ou - Virtual, por meio da Plataforma Eletrônica: A participação virtual, por meio da Plataforma Eletrônica, poderá ser dar pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá (a) simplesmente participar da AGO, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGO, mediante solicitação explícita de desconsideração das instruções de voto enviadas via BVD, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação. Conforme disposto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81, os acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente da Assembleia Geral Ordinária, por meio da Plataforma Eletrônica, deverão fornecer obrigatoriamente até o dia 24 de abril de 2024, através do e-mail [relacionamento\\_investidores@tronox.com.br](mailto:relacionamento_investidores@tronox.com.br) informações indicadas no Manual de Participação divulgado pela Companhia em 20 de março de 2024. A documentação e informações enviadas até o dia 24 de abril de 2024 serão validadas pela Companhia e o Acionista receberá, até às 23:59 horas (horário de Brasília/DF - Brasil), do dia 25 de abril de 2024, um link de acesso acompanhado de acesso pessoal e intransferível para sua participação virtual na Assembleia Geral Ordinária. Os acionistas que não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação até o dia 24 de abril de 2024, não poderão participar da Assembleia Geral Ordinária. Ainda, tais acionistas deverão apresentar a documentação necessária para sua habilitação, conforme descrita no Manual de Participação, no prazo indicado acima, conforme resumida abaixo: **Acionistas Pessoas Físicas**: • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **Acionistas Pessoas Jurídicas**: • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • No caso de fundos de investimento; (f) último regulamento consolidado do fundo de investimento; (g) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores, termos de posse); e (ii) documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor. **Acionistas Representados por procurador**: • Além dos documentos indicados acima, procuração, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no §1º do artigo 126 da Lei das S.A. Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados por procurador constituído conforme seus estatutos ou contratos sociais, não sendo obrigatório que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de identificação com foto (Exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte ou, ainda, carteiras de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); • Documento de



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiassp.com.br/> leiloes-publicidade-legal



## Metalogica Golin S/A

CNPJ 19.034.275/0001-35

**Relatório da Diretoria** - Srs. Acionistas, em cumprimento as exigências legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. Estamos à disposição de V.Sas. na Sede Social, para quaisquer informações que julgarem necessárias. Guarulhos, 21/03/2024. **A Diretoria.**

Balancos Patrimoniais - Ativo	2.023	2.022
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e Bancos	4.332.576	7.883.926
Aplicação Financeira	13.831.871	13.342.104
Clientes	35.896.079	32.424.824
Impostos a realizar	26.153.023	21.458.517
Contas a receber	15.512.184	12.035.997
Estoques	48.223.970	51.185.861
<b>Total do Circulante</b>	<b>143.949.703</b>	<b>140.131.229</b>
Realizável a longo Prazo	4.184.364	10.982.595
Imobilizado	37.380.032	36.609.341
Imobilizado - Ajuste a Valor Justo	43.753.334	11.939.315
Total do Permanente	81.133.367	48.512.656
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>85.317.730</b>	<b>59.495.250</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>229.267.433</b>	<b>199.626.479</b>

**Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2023 e 2022 - Valores em Reais**

	2.023	2.022
<b>Balancos Patrimoniais - Passivo</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedores	16.160.970	5.303.627
Empréstimos e Financiamentos	59.578.328	51.206.560
Tributos a Recolher	28.630.871	57.099.965
Salários, Encargos e Provisões Trabalhistas	33.136.592	32.920.131
Outras Contas a Pagar	11.564.052	30.117.869
<b>Total do Circulante</b>	<b>149.070.813</b>	<b>147.638.152</b>
Empréstimos e Financiamentos	3.976.031	6.166.933
Impostos Diferidos sobre Reavaliação	14.876.134	4.047.127
Tributos a Recolher	44.310.201	21.867.763
Outras contas a pagar	3.639.157	7.797.042
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>66.801.523</b>	<b>39.878.865</b>
Capital social	18.000.000	18.000.000
Reserva de Avaliação	1.885.595	1.885.595
Ajuste de Avaliação Patrimonial	28.877.201	7.856.188
Prejuízos Acumulados	(35.387.687)	(15.932.321)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>13.395.096</b>	<b>12.109.462</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>229.267.433</b>	<b>199.626.479</b>

**Demonstração de Resultados dos Exercícios de 2023 e 2022**

	2.023	2.022
<b>Vendas Brutas</b>	<b>291.600.547</b>	<b>303.341.110</b>
(-) Vendas anuladas	(12.525.142)	(13.423.293)
<b>Vendas Líquidas</b>	<b>279.075.405</b>	<b>289.917.817</b>
(-) Impostos s/ Vendas	(56.149.739)	(57.869.475)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>222.925.667</b>	<b>232.048.342</b>
(-) Custos dos Produtos Vendidos	(195.677.882)	(185.214.714)
<b>(Lucro Operacional Bruto)</b>	<b>26.247.774</b>	<b>50.034.370</b>
(-) Despesa de Vendas	(10.418.645)	(10.440.832)
(-) Despesa Administrativa	(17.750.182)	(16.786.832)
(-) Despesa Financeira	(22.251.431)	(18.672.837)
(+) Receita Financeira	(6.373.559)	(6.542.444)
(+) Outras Despesas Operacionais	(1.031.182)	(1.174.714)
<b>(Lucro Operacional Líquido)</b>	<b>(21.331.739)</b>	<b>6.961.600</b>
(+) Receita de Subvenção p/Investimento	-	-
(+) Recolhida Extra Operacional	104.488	(997.590)
(-) Lucro antes do I. Renda	(21.227.242)	5.963.650
(+) Contribuição Social	-	952.396
(-) Imposto de Renda	-	(2.575.626)
<b>(Lucro Líquido do Exercício)</b>	<b>(21.227.242)</b>	<b>4.235.749</b>
Lucro líquido por ação	(2.122.72)	0,24357

**Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2023 e 2022 - Valores em R\$**

	Capital Social		Reserva		Ajuste de Lucro		Patrimônio Líquido
	Social	Legal	Avaliação Patrimonial	Dispos. Ago	Dispos. Ago	Líquido	
<b>Saldo em 31-12-2021</b>	<b>18.000.000</b>	<b>1.763.808</b>	<b>-</b>	<b>8.840.817</b>	<b>(19.438.145)</b>	<b>-</b>	<b>9.166.480</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(1.491.863)	1.491.863	-	-	-
IR e CS diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	507.233	-	-	507.233	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.435.749	-	2.435.749	-
Constituição da Reserva Legal	-	121.787	-	(121.787)	-	-	-
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	<b>18.000.000</b>	<b>1.885.595</b>	<b>-</b>	<b>7.856.188</b>	<b>(15.632.321)</b>	<b>-</b>	<b>12.109.462</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	31.850.020	1.491.863	-	33.341.882	-
IR e CS diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(10.829.007)	-	-	(10.829.007)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	(21.227.242)	-	(21,227.242)	-
<b>Saldo em 31-12-2023</b>	<b>18.000.000</b>	<b>1.885.595</b>	<b>-</b>	<b>28.877.201</b>	<b>(35.367.700)</b>	<b>-</b>	<b>13.395.096</b>

**Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2023 e 2022 - Valores em R\$**

	Capital Social		Reserva de Lucros		Reserva de Aval. Patrim.		Lucro a Dispos. Ago		Patrimônio Líquido
	Social	Legal	Reserva de Lucros	Reserva de Aval. Patrim.	Lucro a Dispos. Ago	Dispos. Ago	Líquido		
<b>Saldo em 31-12-2021</b>	<b>5.600.000</b>	<b>-</b>	<b>1.120.000</b>	<b>-</b>	<b>30.652.199</b>	<b>-</b>	<b>3.076.963</b>	<b>-</b>	<b>40.449.162</b>
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.055.792	1.055.792	-
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	(2.020.856)	(2.020.856)	-
<b>Saldo em 31-12-2022</b>	<b>5.600.000</b>	<b>-</b>	<b>1.120.000</b>	<b>-</b>	<b>30.652.199</b>	<b>-</b>	<b>2.111.899</b>	<b>-</b>	<b>39.484.098</b>
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.822.833	1.822.833	-
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	(2.438.401)	(2,438.401)	-
<b>Saldo em 31-12-2023</b>	<b>5.600.000</b>	<b>-</b>	<b>1.120.000</b>	<b>-</b>	<b>30.652.199</b>	<b>-</b>	<b>1.496.330</b>	<b>-</b>	<b>38.868.529</b>

**Demonstração de Fluxo de Caixa de 2023 e 2022**

	2.023	2.022
<b>(+) Resultado do Exercício</b>	<b>(21.227.242)</b>	<b>2.435.749</b>
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>		
Encargos de empréstimos e financiamentos	3.864.600	2.878.361
Juros, variações monetárias e cambiais	(836.852)	(438.714)
Prévidas estimadas de contas a receber	(1.514.990)	(967.000)
Ajustes e Baixas de Ativos	3.824.748	12.716.331
Depreciação e Amortização	3.990.574	3.729.838
<b>(11.899.161)</b>	<b>20.354.565</b>	
<b>Aumento Líquido/(redução) das contas de ativo</b>	<b>(156.265)</b>	<b>(2.608.824)</b>
Contas a receber	2.103.725	(6.491.953)
Estoques	2.961.891	(26.888.861)
Demais ativos circulantes	(3.476.186)	(3.676.997)
<b>Aumento Líquido/(redução) das contas de passivo</b>	<b>10.857.343</b>	<b>(1.001.373)</b>
Obrigações trabalhistas e tributárias	23.199.806	(6.784.142)
Outras contas a pagar	(22.711.703)	4.711.252
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>12.778.610</b>	<b>(42.550.958)</b>
Aquisição de imobilizado	(7.094.150)	(13.881.706)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(7.094.150)</b>	<b>(13.881.706)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Captação de empréstimos e financiamentos	188.230.524	198.295.981
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(185.077.406)	(152.680.085)
Conta Corrente de Acionistas	-	(177.340)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>3.153.118</b>	<b>45.438.556</b>
<b>Aumento/(redução) Líquida de caixa</b>	<b>(3.061.583)</b>	<b>9.360.517</b>
<b>Caixa no início do período</b>	<b>21.226.000</b>	<b>11.865.513</b>
<b>Caixa no final do período</b>	<b>18.164.417</b>	<b>21.226.030</b>
<b>Aumento/(redução) Líquida de caixa</b>	<b>(3.061.583)</b>	<b>9.360.517</b>

**Resumo das Notas Explicativas**

1) As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Resolução 1.255/09 do CFC e disposições da Lei das Sociedades por Ações; 2) As Receitas, os Custos e as Despesas são registradas pelo Regime de Competência; 3) Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis no prazo de um ano, são classificados como Circulantes; 4) As Depreciações foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais admitidas pela legislação fiscal, em função do prazo da vida útil do bem; 5) Estoques: as matérias primas, materiais auxiliares, foram

avaliados pelo custo médio ponderado. Os produtos acabados, semi-acabados foram avaliados de acordo com o Artigo 14, parágrafo 3º do decreto 1.598/77 e legislação subsequente; 6) A Provisão de Férias foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados; 7) O Capital Social representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor unitário de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) cada uma, subscrito e integralizado na sua totalidade por acionistas residentes no país. O conjunto completo das notas explicativas está à disposição na sede da empresa.

**Décio de Araújo** Diretor Presidente  
**Rafael Gussoni** Diretor Industrial  
**Flávia Cascarelli** Contadora - CRC: 1SP210340/O-5

## Golin Participações S.A

CNPJ 05.487.746/0001-95

**Relatório da Diretoria** - Srs. Acionistas, em cumprimento as exigências legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. Estamos à disposição de V.Sas. na Sede Social, para quaisquer informações que julgarem necessárias. Guarulhos, 21/03/2024. **A Diretoria.**

Balanco Patrimonial - Ativo	2.023	2.022
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e Bancos	1.383.750	43.996
Contas a receber	2.784.344	3.575.944
Despesa Exercício Seguinte	-	-
<b>Total do Circulante</b>	<b>4.168.094</b>	<b>3.619.940</b>
Contas a Receber - Longo Prazo	-	-
Imobilizado	52.267.139	52.267.139
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>52.267.139</b>	<b>52.267.139</b>
<b>Total do Permanente</b>	<b>52.267.139</b>	<b>52.267.139</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>56.435.233</b>	<b>55.887.079</b>

**Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2023 e 2022 - Valores em Reais**

	2.023	2.022
<b>Balanco Patrimonial - Passivo</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Obrigações Fiscais e Tributárias	479.617	577.527
Empréstimos e Financiamentos	370.445	-
<b>Total do Circulante</b>	<b>850.063</b>	<b>577.527</b>
Obrigações Fiscais e Tributárias	15.790.527	15.825.455
Empréstimos e Financiamentos	926.114	-
<b>Total do Não Circulante</b>	<b>16.716.640</b>	<b>15.825.455</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital social	5.600.000	5.600.000
Reserva Legal	1.120.000	1.120.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial	30.652.199	30.652.199
Resultado à Disposição da AGO	1.496.330	2.111.899
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>38.868.529</b>	<b>39.484.098</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>56.435.233</b>	<b>55.887.079</b>

**Demonstração de Fluxo de Caixa de 2023 e 2022**

	2.023	2.022
<b>Atividades Operacionais</b>		
Lucro Líquido do Exercício	1.822.833	1.055.792
Depreciação e Amortização	-	-
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>1.822.833</b>	<b>1.055.792</b>
Contas a Receber	791.601	1.064.202
Despesas a Amortizar	-	-
<b>Variação no Ativo Circulante</b>	<b>791.601</b>	<b>1.064.202</b>
Fornecedores	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	(132.838)	(68.380)
Obrigações Diversas	-	-
<b>Variações no Passivo Circulante</b>	<b>(132.838)</b>	<b>(68.380)</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>2.481.596</b>	<b>2.051.614</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Baixas Investimento	-	-
Adquisição de Investimentos	-	-
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Distribuição de Dividendos	(2.438.401)	(2.020.856)
Empréstimos e Financiamentos	1.296.559	-
Total das Atividades de Financiamentos	(1.141.842)	(2.020.856)
<b>Variação em Caixa e Equivalentes</b>	<b>1.339.754</b>	<b>30.756</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	43.996	13.239
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.383.750	43.996

1) As demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações; 2) As Receitas e as Despesas são registradas pelo regime de Competência; 3) Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis no prazo de um ano, são classificados como Circulantes; 4) O Capital Social representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 0,56 (cinquenta e seis centavos) cada uma, subscrito e integralizado na sua totalidade por acionistas residentes no País.

prazo de um ano, são classificados como Circulantes; 4) O Capital Social representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 0,56 (cinquenta e seis centavos) cada uma, subscrito e integralizado na sua totalidade por acionistas residentes no País.

**Paulo Gêzio de Araújo** - Diretor  
**Flávia Cascarelli** - Contadora - CRC 1SP210340/O-5  
**Selma Marcon** - Diretora



**05/04/2024**  
 6ª feira - às 11h00

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão! IPTU 2024 quitado.

## 12 IMÓVEIS

**LOTE 01 - PORTO ALEGRE/RS** - Casa - Av. do Lami, 4200, Belém Novo, Terreno: 38.977,80m² (cf. matrícula). Área construída: 1.042m² (cf. IPTU e matrícula). Lance mínimo R\$ 2.457.265,00 \* **LOTE 06 - GOIÂNIA/GO** - Av. Goiás, 300/310, esq.com a Rua 2, Lotes 30, 21 e 32, Quadra 6, Loja 24-26, Setor Central, Prédio Comercial com subsolo, terreno e sobrelota. Edifício Vila Boa, Área de terreno: 463,50 m². Área edificada: 936,46 m². Lance mínimo R\$ 1.493.748,00 \* **LOTE 03 - CLEVELAND/PR** - Prédio Comercial, Av. Nossa Senhora da Luz, 214, Quadra 74, Lote 10, Centro. Terreno: 675 m². Área construída: 486,18 m². Lance mínimo R\$ 1.706.433,00 \* **LOTE 04 - LONDRINA/PR** - Av. Paraná, 72 - Centro, Edifício subsolo, térreo + 03 pavimentos. Terreno: 1,97 Lm². Área construída: 5.552,92m². Lance mínimo R\$ 20.823.689,00 \* **LOTE 05 - SÃO PAULO/SP** - Barra Funda - Imóvel Comercial (Térreo/Mezanino) - Rua Lopes Cabes, 261. Área construída: 489 m². Terreno: 872 m². Lance mínimo R\$ 937,00 \* **LOTE 06 - SÃO PAULO/SP** - Barra Funda - Estacionamento, Agência - Terreno - Rua Lopes Cabes, 262. Terreno: 1.531 m². Lance mínimo R\$ 7.573.278,00 \* **LOTE 07 - CURITIBA/PR** - Rua Mons. Celso, 217 - XV de Novembro - Unidade Autônoma N.º 1 - área privativa 532,49 m². Unidade Autônoma N.º 2 - área privativa 324,49 m². Unidade Autônoma N.º 3

# Relatório corta R\$ 9,49 bi de receitas com limite a incentivos do ICMS

Documento que orienta a execução do Orçamento, o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado na sexta-feira (22), em Brasília, reduziu em R\$ 9,49 bilhões a previsão de receitas com a nova lei que limita a utilização de incentivos fiscais estaduais por empresas. A projeção caiu de R\$ 35,35 bilhões para R\$ 25,86 bilhões neste ano.

Durante a votação no Congresso, a lei foi parcialmente desidratada, com a autorização para que não apenas a indústria, mas também o comércio e os serviços, utilizem o mecanismo. Em troca, o Congresso instituiu uma renegociação especial para que as empresas queixem os cerca de R\$ 90 bilhões que deixaram de pagar nos últimos anos. Na época da aprovação, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha man-

tido a estimativa de arrecadação em torno de R\$ 35 bilhões.

Por meio de subvenções, as empresas deduzem incentivos fiscais do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), concedidos pelos estados, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A lei limitou o uso do mecanismo apenas para investimentos pelas empresas, não dos custeios.

O relatório também eliminou a previsão de arrecadação de R\$ 10,5 bilhões em Imposto de Renda com a manutenção parcial dos Juros sobre Capital Próprio (JCP). O governo havia editado uma medida provisória propondo a derrubada do mecanismo no ano passado, mas o Congresso manteve parcialmente o benefício,

apenas reduzindo a possibilidade de que empresas usem o mecanismo de forma abusiva.

Por meio do JCP, as empresas deduzem a distribuição de lucros aos acionistas como despesa. Isso na prática reduz o lucro e o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O governo queria extinguir o benefício, sob o argumento de que o mecanismo está defasado porque grandes empresas têm usado a ferramenta para buscarem brechas na lei e pagarem menos tributos.

O governo também derrubou a previsão de arrecadar R\$ 2,86 bilhões com a definição de uma alíquota federal sobre o Remessa Conforme, regime especial da Receita Federal que tributa compras pela internet de produtos

importados de até US\$ 50. Em agosto do ano passado, o governo federal zerou o Imposto de Importação para as compras de empresas que aderiram ao programa. Os compradores pagam apenas 17% de ICMS, tributo administrado pelos estados.

Na época, o governo pretendia estabelecer uma alíquota de Imposto de Importação ao longo do segundo semestre, mas, no fim do ano passado, o ministro Haddad tinha dito que a taxaço federal de compras online tinha sido suspensa e ficado para 2024.

A secretária-adjunta do Tesouro Nacional, Viviane Varga, informou que os valores de receitas do Remessa Conforme foram retirados porque o governo federal trabalha com projeções conservadoras. No entanto, ela afirmou que as próximas edições

do relatório podem retomar as projeções caso o governo tome alguma decisão sobre o tema.

O governo precisa de R\$ 168 bilhões para cumprir a meta de zerar o déficit primário – resultado das contas federais sem os juros da dívida pública – neste ano. Por enquanto, o relatório mantém a estimativa de receitas extras por causa de R\$ 24 bilhões de limitações de compensações tributárias da medida provisória (MP) que reonerou a folha de pagamentos.

A reoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia já foi retirada da medida provisória. Outros pontos como a revogação da diminuição da contribuição para a Previdência Social por pequenas prefeituras e o fim do Perse, programa de ajuda para empresas do setor de eventos afetadas pela pandemia, foram

retirados da MP. Do texto original, sobrou apenas a limitação das compensações tributárias.

A manutenção da expectativa de arrecadação de R\$ 168 bilhões enfrenta desafios. O relatório incluiu, em diversas rubricas, a previsão de cerca de R\$ 6 bilhões em arrecadação com o fim do Perse. No entanto, o programa pode ser retomado pelo Congresso Nacional com um processo de transição.

O secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos, afirmou que a revisão de R\$ 9 bilhões a R\$ 14 bilhões com gastos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode ajudar a compensar uma eventual queda de receitas. O relatório incluiu a estimativa mais baixa, de R\$ 9 bilhões, por conservadorismo. (Agência Brasil)

## Um em cinco jovens brasileiros de 15 a 29 anos não estuda nem trabalha

Uma parcela de 19,8% dos jovens de 15 a 29 anos no Brasil, ou seja, um entre cinco, não estudava nem trabalhava em 2023, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada na sexta-feira (22), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em números absolutos, eram 9,6 milhões de pessoas nessa situação. O estudo constatou que, por outro lado, 15,3% dos jovens trabalhavam e estudavam, 39,4%

apenas trabalhavam e 25,5% apenas estudavam.

A parcela de jovens que não trabalhavam nem estudavam recuou em comparação com 2022 (20%) e com 2019 (22,4%). “Essa população que nem estudava, nem se qualificava e nem trabalhava vem diminuindo porque, nos últimos anos, a gente teve um aporte maior de jovens na força de trabalho. Essa população foi sendo reduzida mais pela via mercado de trabalho do que ne-

cessariamente via educação”, explica a pesquisadora do IBGE Adriana Beringui.

O percentual de jovens que não trabalhavam nem estudavam era ainda mais alto entre aqueles com 18 a 24 anos, faixa etária adequada para o ensino superior: 24% ou aproximadamente uma entre quatro pessoas. Nessa faixa, 18% estudavam e trabalhavam, 39,4% só trabalhavam e 18,6% só estudavam.

Entre aqueles com 15 a 17 anos, 11,3% trabalhavam e estu-

davam, 2,3% só trabalhavam, 81,2% só estudavam e 5,1% não faziam nem uma coisa nem outra. Já para aqueles com 25 a 29 anos, 13,8% trabalhavam e estudavam, 59,2% só trabalhavam, 4,8% só estudavam e 22,3% não faziam nenhuma das duas coisas.

“De 15 a 17 anos, o principal arranjo é não estar trabalhando e estar estudando, o que é bastante desejável. De 18 a 24 anos, essa situação de estar apenas estudando cai significativamente e au-

menta a condição de apenas trabalhar. O trabalho começa a competir com os estudos na vida desse jovem. Mas cresce também a condição de uma pessoa não estar trabalhando nem estudando. Por fim, de 25 a 29 anos, a gente tem quase 60% das pessoas voltadas integralmente para o trabalho”, afirma a pesquisadora do IBGE.

A Pnad Contínua mostrou que 24,9 milhões de jovens com 15 a 29 anos sem ensino superior completo não estudavam, não

faziam curso profissionalizante nem cursavam pré-vestibular.

Em relação aos cursos técnicos e normal (magistério) de nível médio, 9,1% dos estudantes de ensino médio estavam fazendo esse tipo de qualificação profissional.

Entre aqueles que já tinham concluído o ensino médio mas não faziam faculdade, o percentual de pessoas que buscavam profissionalização por meio desses cursos era de 5,3%. (Agência Brasil)

## Comissão aplica censura ética a ex-ministro e a ex-presidente da Caixa

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República puniu o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, e o ex-ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. A penalidade foi uma “censura ética”, aplicável a autoridades que já deixaram o cargo, conforme o Código de Conduta da Alta Administração Federal.

A reunião ordinária da comissão, para julgamento de processos, ocorreu na última terça-feira (20). Para autoridades no exercício do cargo, a penalidade é a

advertência, com a possibilidade de sugestão de demissão, conforme o caso.

Em março do ano passado, Pedro Guimarães virou réu na Justiça Federal por denúncias de assédio sexual e moral feitas por funcionárias do banco estatal. A ação tramita sob sigilo e a defesa do executivo nega as acusações. A comissão de ética da Presidência, entretanto, entendeu que há um “robusto acervo probatório” e constatou a infração ética.

Já o ex-ministro Marcelo Quei-

roga foi julgado por infração ética decorrente de pronunciamento público indevido. Uma defesa por escrito foi apresentada por Queiroga, mas a comissão constatou a “ocorrência de infração às normas éticas”.

No total, 39 processos constavam na pauta da reunião, para deliberação da comissão, sendo 17 consultas sobre conflito de interesses no âmbito do Poder Executivo federal, e 20 processos éticos. Dois processos de apuração ética foram instaurados, oito

arquivados, sete retirados de pauta e três tiveram aplicações de censura ética, entre eles os de Guimarães e Queiroga.

A terceira censura ética foi aplicada ao ex-secretário Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual do Ministério do Turismo, Felipe Carmona Cantera, por desvio ético decorrente de manifestação indevida em rede social, com ofensa pública a outra autoridade. O ex-secretário também apresentou defesa escrita.

Os conselheiros também jul-

garam supostos desvios éticos de ministros de Estado do governo atual. Os processos foram arquivados por ausência de materialidade. Os ministros citados foram Juscelino Filho (Comunicações), Sônia Guajajara (Povos Indígenas), Fernando Haddad (Fazenda), Flávio Dino (ex-Justiça e Segurança Pública), Nísia Trindade (Saúde), Marina Silva (Meio Ambiente) e Ana Moser (ex-Esportes).

Ainda foi arquivado o processo contra a secretária Nacio-

nal de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Symmy Larrat Brito de Carvalho. A denúncia indicava suposto desvio ético decorrente de utilização de termo chulo em seu mini currículo nas redes sociais, com possível dano para a imagem do órgão público ao qual representa. A comissão arquivou o processo diante da ausência de materialidade. (Agência Brasil)

### Mauro Cid sai preso após depoimento no Supremo Tribunal Federal

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a prisão do tenente-coronel Mauro Cid. A prisão ocorreu após ele prestar depoimento por uma hora, na sexta-feira (22), na sala de audiências do STF. O ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro foi chamado a prestar depoimento após a revista Veja publicar áudios em que o militar critica a atuação do magistrado e da Polícia Federal.

O depoimento durou cerca de uma hora e foi presidido pelo desembargador Airtton Vieira, juiz instrutor do gabinete de Moraes. Também esteve presente um representante da Procuradoria-Geral da República (PGR), além da defesa do militar.

A prisão foi determinada por descumprimento de cautelares impostas contra Cid e por obstrução de Justiça. Após ser comunicado da prisão, ele foi encaminhado ao Instituto Médico-Legal (IML) para realização de exames.

De acordo com a reportagem da Veja, Cid afirmou que foi pressionado pela PF a delatar episódios dos quais não tinha conhecimento ou “o que não aconteceram”.

O ex-ajudante também afir-

mou, segundo a publicação, que a Procuradoria-Geral da República e Alexandre de Moraes, relator das investigações sobre o militar no STF, têm uma “narrativa pronta” e estariam aguardando somente o momento certo de “prender todo mundo”.

#### Delação premiada

Mauro Cid fechou acordo de colaboração premiada após ter sido preso no âmbito do inquérito que apura fraudes em certificados de vacinação contra covid-19. Além do caso referente às vacinas, Cid cooperou também com o inquérito sobre uma tentativa de golpe de Estado que teria sido elaborada no alto escalão do governo Bolsonaro.

#### Defesa

Após a divulgação da matéria de Veja, a defesa de Mauro Cid, em comunicado, não negou a autenticidade dos áudios. Os advogados disseram que as falas “não passam de um desabafo em que relata o difícil momento e a angústia pessoal, familiar e profissional pelos quais está passando, advindos da investigação e dos efeitos que ela produz perante a sociedade, familiares e colegas de farda”. (Agência Brasil)

## ANA lança relatório de qualidade da água de rios e reservatórios

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) lançou na sexta-feira (22) o Relatório Digital de Qualidade da Água que mostra a qualidade da água dos rios em mais de 400 mil trechos em todo o Brasil, acessível a todos os cidadãos. O lançamento faz parte das celebrações do Dia Mundial da Água, no país.

O monitoramento da qualidade da água de rios e reservatórios do país consiste basicamente na observação de características físicas, químicas e biológicas da água em determinados trechos de rios. Os resultados desta análise de qualidade permitem avaliar a adequação da água para diversos usos. A diretora-presidente da ANA, Verônica Sánchez, explicou que o relatório é uma espécie de mapa interativo e este monitoramento, feito pela Rede Hidrometeorológica Nacional (RNH), é realizado em mais de 10 mil pontos distribuídos no país, divididos em estações que monitoram parâmetros relacionados aos rios, como níveis, vazões, qualidade da água e transporte de sedimentos, e outros monitoram principalmente as chuvas.

“Se por um lado os estudos nos alertam e trazem informações que vão balizar a tomada de decisão dos governos federal e estaduais no que se refere os

efeitos das mudanças do clima na segurança hídrica, também vão indicar ações de infraestrutura que precisam ser feitas, ações de conservação que precisam ser tomadas”, explicou.

Durante a cerimônia, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Marina Silva, destacou que evidências científicas e estudos são essenciais para orientar políticas públicas da agência reguladora e que o trabalho da ANA contribui para afastar decisões sobre o uso da água baseadas somente em política e clientelismo. “O Atlas dos Recursos Hídricos do Brasil possibilitou uma série de coisas importantes em relação à locação da água, que é um recurso de uso múltiplo. Hoje, todo mundo, como o prefeito [do município] mais simples, pode dar o clique e ter instruções e informações para pensar como pode planejar o mínimo do uso da água, customizadamente no seu município, na sua realidade”.

#### Conselho Nacional

A diretora-presidente da ANA Verônica Sánchez também comemorou a publicação do decreto que restituiu o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), composto por representações do governo federal, conselhos estaduais e distrital de recursos hídricos, usuários e orga-

nizações civis. “Aqueles organizações que melhor podem representar e darem voz aos anseios da sociedade em todas as instâncias para trazer para maior instância decisória a respeito dos recursos hídricos do Brasil que é o conselho. São aquelas decisões que precisam pautar os nossos passos, os nossos caminhos para os próximos anos”.

A ministra do MMA destacou que as políticas relacionadas à gestão de recursos hídricos devem ter foco nas populações mais vulneráveis “Política pública é pensar a gestão de recursos hídricos voltada para também os mais vulneráveis, os mais prejudicados serão os agricultores familiares, os quilombolas, os povos indígenas. O bom é que a gente aprendeu aqui a ter uma cultura de uma ação sistêmica que não é só olhando a própria agência em si mesma, mas dialogando com o conjunto daqueles que fazem uso múltiplo e a formulação múltipla”.

#### Mudança do Clima

Durante a cerimônia do Dia Mundial da Água, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, destacou que dentro do contexto de mudança climática, os brasileiros têm lidado com a escassez de água e, também, com os prejuízos econômicos, sociais e ambi-

entais, motivado pelas inundações. “Qualquer que seja circunstância no contexto de mudança climática, nós somos vulneráveis no meio dessa contradição hídrica que é o Brasil. Ao mesmo tempo que nós somos uma potência hídrica, somos um país vulnerável”.

Marina Silva apontou que o ministério tem trabalho a questão do desmatamento da região do Matopiba, que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. “Estamos fazendo o pacto pelo Cerrado, porque a destruição do bioma é também a destruição dos nossos recursos hídricos. Água e floresta conversam o tempo todo. Não existe biodiversidade sem água e assim por diante”.

A programação do Dia Mundial da Água ainda homenageou líderes comunitários e organizações civis que cuidam das águas do Brasil. “Estou agradecida pelo trabalho das pessoas que lidam com a agenda de recursos hídricos, seja nos movimentos sociais, que são fundamentais, seja na academia e dentro da gestão pública, que são fundamentais. A água é um recurso cada vez mais complexo na dinâmica dos governos e nós estamos vivendo uma situação muito particular no país”, agradeceu a ministra Marina Silva. (Agência Brasil)

## Nacionais

# Novo SUV Citroën Aircross 7 lugares

A Citroën revelou os preços do Novo SUV Citroën C3 Aircross de sete lugares. Com as já conhecidas inovações, o modelo chega em três versões com valores a partir de R\$ 117.990 na modalidade de venda on-line. Com isso, ele se torna o veículo capaz de transportar até sete pessoas mais acessível do mercado.

O Novo Citroën Aircross está disponível nas versões Feel, Feel Pack e Shine, sendo todas equipadas com o motor Turbo 200 de até 130 cv e câmbio CVT de sete marchas. O primeiro e único B-SUV nacional para até sete pessoas também agrega uma longa lista de equipamentos de série, além da opção de incluir dezenas de acessórios originais Mopar e pacotes competitivos de financiamento.

O Novo Aircross vem de série com controle de estabilidade e tração, assistente de partida em rampa, luzes de rodagem diurna (DRL) com leds, direção elétrica, ar-condicionado com o exclusivo sistema de ventilação suplementar no teto e sistema multimídia Citroën Connect Touchscreen com tela de 10,25 polegadas com Android Auto e Apple Carplay sem fio e seis alto-falantes.

A ampla gama de versões oferece uma vasta oferta de equipamentos para atender às diferentes demandas dos clientes, podendo incluir sensor e câmera de ré, painel digital customizável de 7", rodas de liga-leve de até 17" e bancos com forração premium, entre outros itens.

O Novo Aircross conta com um inédito e prático sistema de remoção dos bancos da terceira fileira que, por meio de um simples mecanismo de acionamento, permite rebatê-los e/ou removê-los individualmente. Os assentos pesam aproximadamente 8 kg e podem ser armazenados em uma exclusiva



bag Mopar (comercializada à parte) para serem transportados com facilidade.

Caso a opção seja mantê-los no veículo e ainda assim houver necessidade de espaço, é possível colocar bagagens sobre os bancos da terceira fileira dobrados, pois sua estrutura reforçada permite a colocação de peso sem risco de danos ao conjunto.

O Novo Aircross possui um porta-malas capaz de comportar até 493 litros de bagagens — o maior entre seus rivais diretos no segmento —, e clientes que precisarem de ainda mais espaço podem optar pelas barras transversais de teto oferecidas pela Mopar para a fixação de um baú ou suporte de bicicletas.

Um sistema de ventilação suplementar no teto de série em todas as versões reforça o conforto climático para os ocupantes da segunda e terceira fileira, com ajuste de ve-

locidade individual e independente. Além disso, os passageiros do Novo Aircross podem dispor de porta-copos e conectores USB para a recarga de celulares posiciona-

dos de forma inteligente na cabine, distribuídos ao longo das três fileiras de assentos, de acordo com a versão.

Ambas as configurações, de cinco e sete lugares, podem ser adquiridas com taxa 0% em até 24 vezes e todos os clientes terão direito às três primeiras revisões grátis.

**Confira abaixo os preços e lista de equipamentos do modelo:**

Novo Aircross 7 Feel Turbo 200 AT – R\$ 117.990 (venda on-line)

- Motor Turbo 200 de até 130 cv; Câmbio automático CVT de sete marchas, com trocas sequenciais e três modos de condução; Citroën Connect Touchscreen de 10" com Android Auto e Apple Carplay sem fio com comandos no volante; Três entradas USB, incluindo duas para a segunda fileira; Monitoramento de pressão dos pneus; Controle de estabilidade e tração com assistente de partida em rampa; Luzes de condução diurna (DRL) com leds; Seis alto-falantes; Ar-condicionado; Banco do motorista com regulagem de altura; Vidros dianteiros e traseiros elétricos com função one touch; Rodas de 16" com pneus 205/65; Travas elétri-

cas com acionamento por telecomando da chave; Alarme; Bocal do combustível com destravamento elétrico; Barras longitudinais no teto; Dois assentos na terceira fileira rebatíveis e removíveis; Sistema de ventilação no teto; Exclusivo logotipo 7 no porta-malas.

Novo Aircross 7 Feel Pack Turbo 200 AT – R\$ 127.990

Todos os itens da versão Feel mais: Sensor de estacionamento traseiro; Rodas de liga-leve de 16"; Airbags laterais; Apoio de braço no banco do motorista; Retrovisores elétricos.

Novo Aircross 7 Shine Turbo 200 AT – R\$ 136.590

Todos os itens da versão Feel Pack mais: 2 portas USB de recarga rápida para a terceira fileira; Rodas de liga-leve de 17" e pneus 215/60; Faróis de neblina; Câmera de ré; Bancos e volante com forração premium; Controlador de velocidade com limitador integrado; Skid plate frontal e traseiro; Grade do radiador na cor preto brilhante; Acabamento exclusivo traseiro na cor preto brilhante.

## Importados

# Mustang GT 2024 desembarcam no Brasil

Desde que a Ford anunciou o lançamento da sétima geração do Mustang em 2022, especula-se sobre a chegada do ícone ao Brasil. Tudo indica que a data agora está próxima. As primeiras unidades do esportivo desembarcaram no Porto de Vitória (ES), dando um "teaser" da configuração que será vendida no país.

Os modelos são da versão topo de linha GT Performance, equipada com o motor Coyote V8 mais potente de todos os tempos. A cor Vermelho Zadar será outro destaque do lançamento. A chegada da geração totalmente nova também tem um caráter especial por coincidir com os 60 anos do Mustang, que serão comemorados durante o ano com várias ações.

No ano passado, o Mustang completou o oitavo ano seguido como cupê esportivo mais vendido do mundo. A nova geração inaugura mais um capítulo na história do "muscle car", avançando no estilo, no som e na tecnologia que contribuem para torná-lo um dos carros mais desejados do mundo.

O seu desenvolvimento teve como foco



principal a experiência de direção, que promete ser a mais empolgante e divertida de todos os tempos, com aerodinâmica refinada e um arsenal de novas tecnologias.

O visual moderno e esculpido do esportivo

valoriza elementos clássicos do modelo original dos anos 60, como o teto baixo, capô de três seções e perfil elegante com traseira curta, além de uma nova luz de assinatura de três barras na traseira.

## Carro ou lancha?



Recentemente viralizou nas redes sociais imagens de um carro andando sobre as águas do litoral catarinense. Seria um carro ou uma lancha? A resposta é: uma mistura dos dois. O aspecto exterior é exatamente o de um automóvel esportivo e o motor, velocidade e características como as de uma lancha. E esse veículo único tem atraído muitos curiosos e compradores.

O Seacar teve seu projeto iniciado em 2020 e foi lançado 3 anos depois, após testes rigorosos em diversos tipos de mar, rios e lagos. Todo o design foi criado pela empresa - dos retrovisores e volantes com design especial em fibra de carbono, até sua carroceria e casco utilizando materiais nobres e inovadores como o Grafeno, que garante resistência e leveza.

O veículo, considerado pela marinha

como uma lancha esporte e recreio, funciona basicamente como um jet-ski. A mecânica dele é um Ford Duratec 2.0 160cv gasolina, impulsionado por um Hidrojato, com um tanque de 70 litros consegue navegar 6 horas e atinge até 100 km/h sobre a água. Por dentro, a lancha exclusiva da Seacar simula um carro com uma falsa manopla de câmbio, que funciona como freio e ré para o veículo náutico. Há espaço para 2 pessoas, o condutor e um carona.

O Seacar é fabricado no estaleiro em Itajaí, e agora ele também pode ser adquirido online porque o modelo Vehigh foi anunciado no SoCarrao. O cliente que se interessar pelo carro aquático à venda no marketplace pelo valor a partir de R\$ 387 mil, ainda consegue agendar um test drive.

## Linha flex da Toro mais barata



com uma extensa lista de itens de série, ou seja, nenhum conteúdo foi alterado com o reposicionamento de preço.

As versões que receberam a atualização no preço são a Endurance, Freedom e Volcano equipadas com motor turbo 270. A Endurance ficou R\$ 6 mil mais barata, enquanto as duas versões topo de linha da gama flex da picape (Freedom e a Volcano), tiveram redução de R\$10 mil no preço público. Vale ressaltar que os novos preços já estão disponíveis nas mais de 500 concessioná-

rias. Ela possui a liderança do seu segmento praticamente desde que foi lançada e ainda se posiciona como uma das picapes mais vendidas do país, atrás somente da Fiat Strada.

**Confira os novos preços públicos sugeridos para a linha Toro Flex:**

Toro Endurance Turbo 270 Flex AT6: de R\$152.990 para R\$ 146.990

Toro Freedom Turbo 270 Flex AT6: de R\$166.990 para R\$ 156.990

Toro Volcano Turbo 270 Flex AT6: de R\$181.990 para R\$ 171.990

## MINI com preço promocional e taxa zero

MINI segue com uma variedade de ofertas para todo o seu portfólio. Começando pelo MINI Cooper S E, a tradicional e mais conhecida carroceria do hatch 3 portas equipado com powertrain 100% elétrico, conta com taxa de 0% com 60% de entrada com saldo em 24 meses, mais bônus de valorização de seminovo a partir de R\$ 20.000 e pacote MINI Service Inclusive (pacote de serviços de 3 anos ou 40.000 km). É bom destacar que além do carregador portátil que funciona na tomada convencional no padrão brasileiro (a tomada deve ser aterrada), a MINI ainda oferece em cortesia o carregador rápido MINI Wallbox.

Ainda na linha dos modelos eletrificados da marca, o modelo MINI Cooper S E Countryman ALL4, o SUV híbrido plug-in da MINI, e que está disponível em nosso mercado em duas versões: Exclusive e Top, conta com taxa de 0,69% com entrada de 60% e saldo em 24 meses, mais bônus de valorização de seminovo de R\$ 30.000.

Os produtos da linha John Cooper Works, divisão de esportivos da marca MINI e que trazem o conhecido Go-Kart Feeling em sua essência, também contam com condições especiais para o mês de março de 2024, tanto o MINI John Cooper Works na tradicional carroceria hatch 3 portas, quanto o MINI John Cooper Works Countryman ALL4 contam com taxa de 0,69%, entrada de 60% e saldo em 24 meses, além de



um bônus de valorização de seminovo de R\$ 40.000.

Já para o MINI Cooper S 3P em sua versão Top tem preço promocional de R\$ 249.990, um desconto de R\$ 28.110, e conta ainda com taxa 0% com entrada de 60% e saldo em 24 meses e também com bônus de valorização de seminovo no valor de R\$ 20.000.

O MINI Cooper S 5P também conta com boas ofertas, a versão Exclusive tem preço promocional de R\$ 219.990 (um des-

conto de R\$ 37.810 face ao preço público sugerido) e conta ainda com taxa 0% com entrada de 60% e saldo em 24 meses e também com bônus de valorização de seminovo no valor de R\$ 15.000. Enquanto a versão MINI Cooper S 5P - Top tem preço promocional de R\$ 269.990 (um desconto de R\$ 18.260 face ao preço público sugerido) e conta ainda com taxa 0% com entrada de 60% e saldo em 24 meses e também com bônus de valorização de seminovo no valor de R\$ 20.000.

## Motos

# Royal Enfield Hunter 350 tem condições especiais

A sugestão de produto da Royal Enfield no mês do consumidor é a Hunter 350, motocicleta de 350 cc que chegou ao país no ano passado. Em todas as 26 concessionárias da marca, até 31 de março de 2024, a versão Rebel tem R\$ 3.000,00 de desconto e frete grátis, ou seja, o preço da moto é R\$ 20.990,00; já a versão Dapper está por R\$ 19.990,00, já considerando desconto de R\$ 2.000,00 e frete grátis.

Além disso, todo cliente que comprar uma Hunter 350 em março, ganha um capacete da Lucca Customs modelo Sublime, na cor Blackout. O equipamento de segurança acompanha viseira solar integrada, e viseira

bubble clear, é certificado pelo InMetro (Brasil), DOT (Estados Unidos) e ECE (União Europeia).

Com menor custo de propriedade da categoria e excelente custo-benefício, a Hunter 350 tem projeto dedicado a trazer o puro prazer de pilotar e para a agitação urbana, essa roadster mistura o estilo da Royal Enfield, de visual compacto e elegante, feita para enfrentar com desenvoltura as ruas intensas e movimentadas das cidades brasileiras.

O modelo entrega pilotagem agradável, confortável e fácil. Isso gera uma identificação imediata com pessoas que estão buscando sua primeira motocicleta, upgraders e

os amantes do mototurismo.

Fatores importantes também na hora da decisão de compra são manutenção e seguro. A Royal Enfield tem programa de revisões com preço fixo, tem alta confiabilidade e durabilidade do produto, além de alta disponibilidade de peças para a Hunter, que é produzida no Brasil, no CKD da montadora em Manaus. A respeito de proteção de bens, hoje essa motocicleta possui um dos menores valores de seguro da categoria.

A promoção é válida até dia 31, nas duas versões da Hunter 350, Rebel e Dapper, em todas as cores, e estão disponíveis na rede de concessionárias Royal Enfield no Brasil